

O gestor educacional e a escola inclusiva: revisão da literatura a partir da base SciELO

Gilton Francisco Sousa de ANDRADE
Flavia Faissal de SOUZA*

Programa de Pós-graduação em Educação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro

RESUMO: Procuramos neste estudo problematizar o papel estratégico do gestor educacional no que tange às políticas de educação inclusiva na escola regular. Para isso, deve-se levar em consideração tanto a sua formação, quanto a sua atuação no contexto escolar e intersetorial. Pautado nessa exposição, este trabalho tem como objetivo analisar como as pesquisas tem tratado sobre a formação e a atuação do gestor da escola regular no contexto das políticas de educação inclusiva. Para tanto, realizamos uma revisão da literatura, utilizando para a busca os descritores: educação especial, educação inclusiva e gestão. Como forma de relacionar os termos e possibilitar a sua intersecção fizemos uso do operador booleano “AND”, entre as palavras. Como se trata de uma pesquisa em fase inicial, e que terá novos desdobramentos em pesquisa futura, optamos pela base de dados SciELO. Encontramos 09 trabalhos e pelo critério de exclusão, associados ou não ao tema, restaram 06 artigos. Os resultados apontam que embora haja na legislação a necessidade da formação do gestor, não há garantia de como ela tem ocorrido no cotidiano das redes de ensino sob o enfoque das demandas da educação inclusiva. Em alguns estudos evidenciam a atuação do gestor para trabalhar e efetivar as políticas educacionais nacionais, no âmbito local. Destacamos também, na pesquisa, os apontamentos dos estudos sobre a falta de conhecimento do gestor sobre os processos de escolarização das pessoas com deficiência.

Palavras-chave: gestão; educação especial; políticas de educação inclusiva

1. INTRODUÇÃO

Conforme resumo técnico do censo escolar 2022, “verifica-se que o percentual de matrículas de alunos incluídos em classes comuns aumentou gradativamente ao longo dos anos. Em 2018, o percentual de alunos incluídos era de 92,0% e passou para 94,2% em 2022.” (BRASIL, 2022, p.38). Considerando o referido aumento, ressaltamos a responsabilidade educacional e social perante a esses sujeitos que cada vez mais estão adentrando no espaço da educação regular. Mas, essa entrada não significa focar no número de matrículas, mas no processo de ensino-aprendizado dessas pessoas dotadas de direitos, como quaisquer outros cidadãos.

Tendo como base os percentuais acima, salientamos que o gestor educacional exerce função relevante no âmbito escolar, na medida em que assume o papel de liderança na estrutura organizacional da escola. Contudo, quem ocupa esse cargo deve se atentar para que o ato de gestar não se resuma aos anseios subjetivos, mas, que corresponda aos interesses coletivos. Para além das atividades burocráticas e administrativas, o gestor deve atuar em consonância com os trabalhos pedagógicos pactuados no Projeto Político Pedagógico (PPP), levando em consideração que,

construir um projeto político pedagógico requer dos envolvidos em sua elaboração/construção uma abrangência reflexiva e investigativa, consistente e sistematizada, de forma dialética e praxiológica, em que cada um assuma o seu papel de co-autor do processo educativo em toda a sua multiplicidade. (Drago, 2011, p.438)

Podemos inferir, como resultado, sobressaia a constituição de um documento com o pilar na gestão participativa, no sentimento de pertencimento e na perspectiva de trabalhos para o bem comum.

No que concerne à escola regular na perspectiva inclusiva, na qual alunos com deficiência e sem deficiência estudam juntos, faz-se necessário, que o gestor, tenha conhecimento da temática, leitura da legislação e diálogo permanente com os professores, equipe pedagógica, responsáveis pelos alunos e demais profissionais envolvidos. Nesse sentido, “a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares condiz com o processo de reconstrução da gestão enquanto atuação democrática, participativa e reflexiva.” (Carvalho; Lino, 2023, p.3).

Em se tratando de gestão democrática, infere-se que a condução do trabalho do gestor dependerá dos princípios que balizam a sua formação, bem como das bases que sustentam o seu plano de governança, que ao nosso ver deve estar alinhado com as

demandas educacionais, independente das diferenças dos alunos. Por esse prisma, “o enfoque da gestão fundamentado no diálogo e participação supera a visão educacional singular e simplista e passa abranger um conjunto de responsabilidades de ordem pedagógica, da organização e do financiamento da educação” (Dutra; Griboski, 2005, p.2).

Acerca da gestão, não se pode omitir o que preconiza a legislação. Para esse debate, destacamos os trechos legislativos que seguem, em diferentes décadas. O primeiro, refere-se à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, no seu art. 14, que descreve:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I-participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II-participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Não se deve atribuir ao gestor, exclusivamente, os rumos administrativos e pedagógicos da escola. A gestão deve ter cunho coletivo e delineada sob responsabilidade participativa. A participação constitui-se numa das melhores maneiras de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de toda a comunidade escolar na tomada de decisões e no funcionamento da organização educacional. (Ribeiro, 2021, p.1171). Isso, a LDB, de certa forma contemplou.

O segundo, diz respeito à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, conforme descrito abaixo:

Para assegurar a intersetorialidade na implementação das políticas públicas a formação deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade arquitetônica, aos atendimentos de saúde, à promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça. (BRASIL, 2008)

Quando se trata do gestor educacional na escola organizada sobre os preceitos das políticas de educação inclusiva, deve-se estabelecer como diretriz de destaque o seu processo contínuo de formação, desde a formação inicial até a formação continuada. Esse ponto de observação, demonstrada em pesquisas anteriores (Michels, 2006; Freitas; Schneckenberg, 2017; Givigi; Alcântara, 2018;), ratifica os desafios da gestão, que extrapolam os muros escolares. Por isso, o trabalho do gestor, levando em consideração

a citação anterior, deve ser em nível intersetorial à luz das proposições que atravessam o cotidiano da escola.

Assim, para que haja sustentação no desenvolvimento do trabalho do gestor educacional, em termos político, administrativo e pedagógico, deve haver, em contrapartida, espaço em sua agenda para o planejamento educacional. Contudo, é possível inferir que a rotina escolar consome muito tempo do gestor. Seja para atender os pais ou responsáveis ou o professor, realizar reunião com a equipe pedagógica ou resolver questões administrativas. Por esse aspecto, vale ressaltar que o planejamento educacional não se trata de tarefa fácil, mas que deve ser posto em prática, pois, “no campo educacional, planejar implica orientar-se por concepções de sociedade, de pessoa, de educação, de cidadania para direcionar o conjunto das decisões políticas”. (Guedes; Barbalho, 2016, p.132). Planejar significa antever os processos de trabalhos e discuti-los coletivamente no âmbito escolar, de forma a prospectar ações democráticas e de justiça social que vão ao encontro de melhores práticas pedagógicas e administrativas.

Grosso modo, o gestor deve atuar e está aberto ao diálogo permanente com os sujeitos da escola. Nesse sentido, a comunicação é ponto fundamental para a interlocução com a comunidade escolar, bem como outras instâncias externas que se relacionam, como a Secretaria Municipal de Educação. De fato, “por vezes existem problemas de comunicação acerca das responsabilidades de cada parte entre os integrantes da gestão educacional e os da gestão escolar”. (Vieira, 2007, p.63). Evitar ruídos na comunicação, de forma a dar transparência aos processos de trabalhos representa fator que impacta positivamente na gestão da escola.

Em face da exposição, o referido estudo, com base na revisão da literatura, tem como objetivo analisar como as pesquisas tem tratado sobre a formação e a atuação do gestor da escola regular no contexto das políticas de educação inclusiva. Trata-se de pesquisa preliminar, que está em conformidade com o projeto de doutorado, em trâmite, no Programa de Pós-graduação em Educação da UERJ.

O desenvolvimento dessa pesquisa se justifica pela necessidade de disseminar conhecimentos acerca do gestor educacional na escola inclusiva. A julgar por esse fato, deliberamos o problema deste trabalho, conforme segue: De que maneira a formação e a atuação do gestor educacional impacta ou não nos processos políticos, pedagógicos e administrativos na/da escola inclusiva?

2. MÉTODO

Para aprofundarmos as questões acerca do problema levantado, realizamos uma revisão da literatura. Trata-se de um trabalho de fase inicial, sendo que a base de dados utilizada foi a SciELO, por ser uma das bases de referência para o estudo mais amplo, que está em desenvolvimento. Recorremos aos descritores “educação especial”, “educação inclusiva” e “gestão”, por terem relação direta com a temática, para a recuperação das informações. No intuito de restringir a dimensão da procura, na busca pela intersecção entre os referidos termos, optamos pelo operador booleano AND.

No que concerne ao desenvolvimento do estudo em foco, nos baseamos na revisão da literatura, que na concepção de Dorsa (2020),

ao propiciar encontro de pesquisas com similaridades, assim como análise da metodologia utilizada, a revisão oportuniza aos pesquisadores a elaboração de textos a partir de uma perspectiva histórica sobre determinado tema, tanto em nível nacional quanto internacional, dependendo da abrangência, exigindo assim expertise como condição básica para o crescimento de pesquisas sobre a área de estudo. (p.681)

Assim, como critério de inclusão, selecionamos os artigos identificados, com o objetivo deste trabalho acadêmico. Exluímos 03 artigos por não dar ênfase na gestão educacional. Para tanto, fizemos a leitura dos resumos, e por conseguinte do texto integral. Ao final, selecionamos seis artigos, que constitui o corpus de análise da pesquisa, conforme quadro 1:

Quadro1: Disposição dos artigos recuperados da Base SciELO

ANO	AUTORES	TÍTULO DO TEXTO	OBSERVAÇÃO
2019	CAMARGO, Flávia Pedrosa de; PAES DE CARVALHO, Cynthia	O Direito à Educação de Alunos com Deficiência: a Gestão da Política de Educação Inclusiva em Escolas Municipais Segundo os Agentes Implementadores	Selecionado
2019	QUEIROZ, Julia Graziela Bernardino de Araújo; GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello	Política Educacional e Pedagógica da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Rede de Ensino Público de Manaus	Selecionado
2019	BAPTISTA, Claudio Roberto	Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil	Selecionado
2014	AMÉRICO, Bruno Luiz; CARNIEL, Fagner; TAKAHASHI, Adriana Roseli Wünsch	Gestão pública da educação especial e formalismo nas políticas públicas inclusivas – o caso do Brasil	Selecionado

2012	OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; DRAGO, Silvana Lucena dos Santos	A gestão da inclusão escolar na rede municipal de São Paulo: algumas considerações sobre o Programa Incluir	Selecionado
2009	MARINS, Simone Cristina Fanhani; MATSURIKA Thelma Simões	Avaliação de políticas públicas: A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino fundamental das cidades-polo do Estado de São Paulo	Selecionado

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

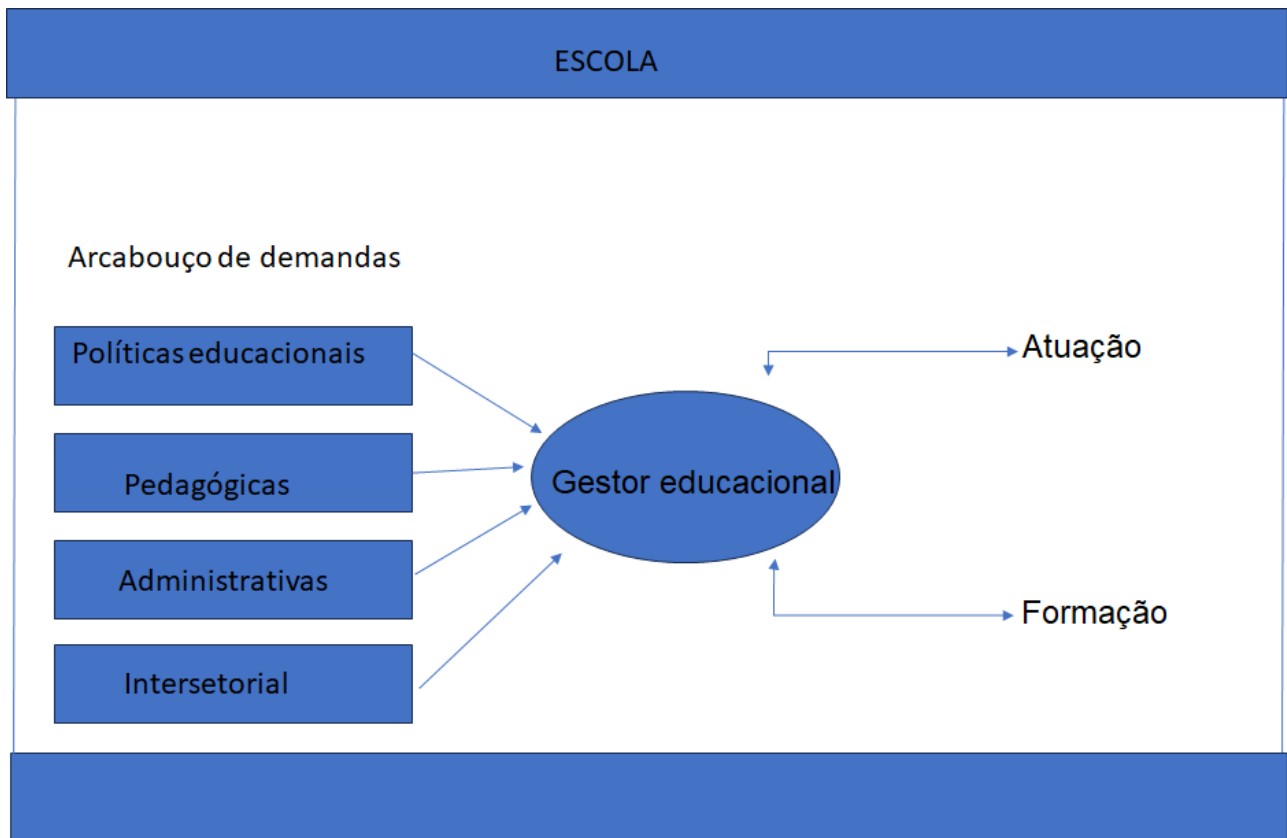
3. RESULTADOS

Ao analisar os artigos selecionados para esse trabalho, procuramos focar nas pesquisas que tem tratado sobre a formação e a atuação do gestor da escola regular no contexto das políticas de educação inclusiva.

Vale salientar que as ações políticas, pedagógicas e administrativas presentes no âmbito escolar repercutem no processo de ensino-aprendizado, na medida em que a função da escola, por meio da partilha e construção de conhecimento, é a formação humana. Nesse contexto, o gestor educacional ao exercer uma posição de liderança, tem um papel central, o que denota dizer que a condução de seu trabalho impacta no fazimento do dia a dia da escola.

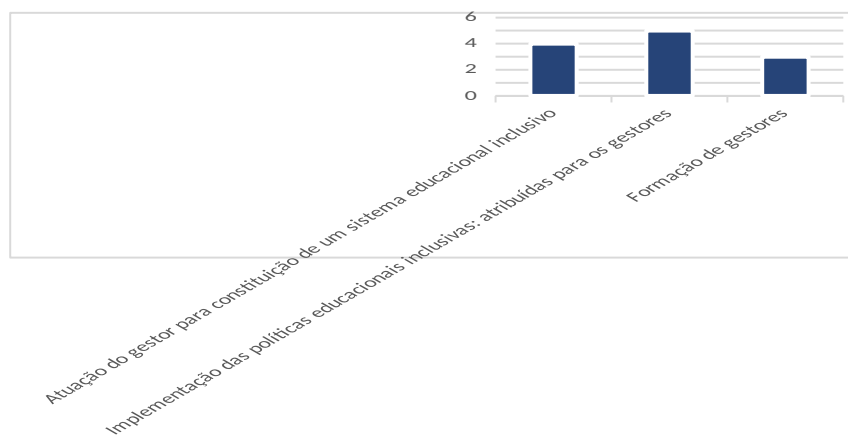
A fim de dar visibilidade a análise dos textos selecionados, elaboramos a figura 1 e o gráfico 1, de forma a somar-se para fins do desenvolvimento desta pesquisa. A figura 1 sintetiza o que temos retratado ao longo texto como base no referencial aqui explicitado, que diz respeito ao gestor educacional no seu processo de formação e atuação e as demandas que ele lida na escola. No gráfico 1, apresentamos os pontos de destaques que foram achados nos artigos. Após, sintetizamos cada um deles.

Figura 1: Demonstrativo da atuação e formação do gestor educacional para as demandas relacionadas na pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Gráfico 1: Temas que se sobressaíram nos artigos pesquisados



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A pesquisa de Marins e Matsukura (2009), traz para a discussão o que está previsto na legislação sobre a educação inclusiva e o que está sendo implementada na prática em cidades-polo do Estado de São Paulo, da rede regular pública do ensino fundamental. Para isso, as autoras contam com a percepção dos gestores. Pode-se

perceber nesse caso, a utilização do gestor, como autor principal, no intuito de constatar ou não a política educacional adentrando a escola e sendo atendida, conforme preconiza o texto legislativo. Por esse aspecto, destacamos que as políticas são interpretadas, atuadas. Elas se ressignificam e são reinterpretadas de maneiras diferentes nos diversos contextos escolares (Ball; Maguirre; Braun, 2016). Embora, não seja a intenção de aprofundar em relação à essa temática, vale a pena sinalizar sobre a leitura que fazemos acerca do gestor e sua relação com as políticas educacionais no espaço escolar.

No trabalho desenvolvido por Oliveira e Drago (2012), o artigo se desenvolve a partir da abordagem de projetos propostos pela Secretaria Municipal de Educação (SME) de São Paulo, tendo como base a gestão da inclusão. Observamos, no texto, a evocação para a implementação da política educacional nas práticas no interior da escola. As autoras relatam sobre o monitoramento da gestão escolar, por parte da SME, via avaliações, para ter conhecimento sobre o sistema inclusivo que estão sendo aplicados na escola. Destacamos, também, o trecho do artigo que trata da formação dos gestores, além de outros profissionais da escola, para a educação inclusiva. Entendemos a referida formação como uma categoria que deve sempre estar em voga nos estudos acadêmicos, mas, trabalhada de forma crítica, para percebê-la no seu processo de constituição: da teoria à prática.

Para Américo, Carniel e Takahashi (2014), as legislações nacionais tendem a se ajustar a prática escolar, adotando particularidades próprias de gestão. Para os autores, há discrepância entre o que é proposto na política nacional, como da educação especial na perspectiva inclusiva, e o que é efetivado na gestão regional e/ou local. Como, por exemplo, a preservação das salas de educação especial em escolas regulares de ensino.

Os autores, ao citar o Decreto 6571/2008, de forma a vislumbrar o seu impacto na gestão da educação inclusiva, eles afirmam que os atores sociais, (podemos incluir o gestor educacional), traduzem e interpretam o referido Decreto, diferentemente, em cada contexto da prática organizacional. Ou seja, embora existam todo o ordenamento jurídico, a sua gestão não ocorrerá de forma linear.

Batista (2019), em seu artigo, trata da escolarização das pessoas com deficiência no Brasil, com ênfase no período de 2008 a 2018. O autor discute alguns programas ministeriais, após a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Nesse sentido, podemos observar alguns encaminhamentos a partir desses programas. Destacamos entre eles os cursos de formação continuada para gestores em diversos municípios polo do Brasil.

O texto de Camargo e Carvalho (2019), teve como objetivo investigar a implementação da política de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, atuados por agentes implementadores. Segundo as autoras, durante o período de trabalho de campo, a atuação dos coordenadores e diretores tende a priorizar outras ações, que não o atendimento aos alunos com deficiência. As autoras também perceberam a terceirização do trabalho no que tange ao aluno com deficiência, na medida em que todos os gestores procuram imediatamente as assessoras técnicas do CMADIJ (Centro Multiprofissional de Apoio ao Desenvolvimento Infante-Juvenil) e solicitam auxílio, a partir da chegada ou descoberta de um caso na escola. Nesse aspecto, acreditamos que falte uma política de formação desses gestores e da equipe escolar para atuação na perspectiva inclusiva que dê autonomia a escola para o trabalho com o aluno com deficiência.

Como primeiro ponto, vale destacar na pesquisa de Queiroz e Guerreiro (2019), os requisitos que o sujeito deve ter para assumir o cargo de gestão nas escolas da rede de ensino: professores ou pedagogos habilitados em administração escolar, inspeção escolar, orientação educacional ou gestão escolar. As autoras, no decorrer do texto evidenciam que os gestores desconhecem a proposta do Atendimento Educacional Especializado – AEE. Em relação à proposta de formação continuada no Projeto Político Pedagógico, houve questionamento por parte das autoras aos gestores. A grande parte sinalizou que a escola não possui tal proposta. Embora haja requisitos para o cargo de gestor, ao analisar a pesquisa das autoras subentende a fragilidade na atuação dos gestores frente as demandas das pessoas com deficiência no contexto escolar.

4. CONSIDERAÇÕES

Como tem crescido o número de pessoas com deficiência na classe regular, a escola deve estar preparada para receber e trabalhar pedagogicamente com todos e todas. Nesse sentido, o gestor educacional, pela posição que ocupa na estrutura organizacional deve ter conhecimento da área administrativa, sobretudo da pedagógica, mas também das políticas educacionais e de tantas outras demandas presentes no cotidiano escolar.

Assim, o trabalho do gestor está no nível estratégico, o que lhe indica investimento em sua formação e toda a equipe escolar; Ações e metas focadas no planejamento e conduzidas pelo viés democrático e participativo. Nas palavras de Tezani (2009),

O gestor escolar que se propõe a atuar numa prática inclusiva envolve-se na organização das reuniões pedagógicas, desenvolve ações relacionadas à acessibilidade universal, identifica e realiza as adaptações curriculares de grande porte e fomenta as de pequeno porte, possibilita o intercâmbio e o suporte entre os profissionais externos e a comunidade escolar (p.44)

Concordamos com o escrito no trecho, ao mesmo tempo em que sustentamos em princípios, de maneira que o gestor educacional persiga a gestão democrática no processo do trabalho escolar. Princípios, em que o diálogo e o pensar no desenvolvimento humano, a partir do fortalecimento da aprendizagem, estejam a frente de interesses individuais.

Os resultados dessa pesquisa são preliminares e terá desdobramentos em trabalhos posteriores.

Contudo, essa fase exploratória foi válida para identificar algumas menções presentes nos artigos, que tem relação direta com o gestor educacional, como a que diz respeito à implementação das políticas educacionais da educação inclusiva nas escolas, que atribuem aos gestores; indicativos para a sua formação, seja inicial ou continuada, manifestadas em documentos legais; desconhecimento por parte de gestores em relação ao trabalho pedagógico em comum com as pessoas com deficiência.

5. REFERÊNCIAS

AMÉRICO, Bruno Luiz; CARNIEL, Fagner; TAKAHASHI WUNSCH Adriana Roseli.

Gestão pública da educação especial e formalismo nas políticas públicas inclusivas – o caso do Brasil. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.22, n. 83, p. 379-410, abr./jun. 2014

BALL, Stephen J.; MAGUIRRE, Meg; BRAUN, Annette. Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, 230p.

BAPTISTA, Claudio Roberto. Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, e217423, 2019.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República Casa Civil. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm >. Acessado em 06/07/2023

BRASIL. **Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Educação Inclusiva Brasília, 2008 Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf> Acesso em: 06/07/2023

BRASIL. **Censo Escolar da Educação Básica 2022**: Resumo Técnico. Brasília, 2023.

CAMARGO, Flávia Pedrosa de; PAES DE CARVALHO, Cynthia. O Direito à Educação de Alunos com Deficiência: a Gestão da Política de Educação Inclusiva em Escolas Municipais Segundo os Agentes Implementadores. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.25, n.4, p.617-634, Out.-Dez., 2019

CARVALHO, Camila Lopes de; LINO Carolina Matteussi. Gestão escolar na educação inclusiva: a produção acadêmica stricto sensu paulista e uma realidade escolar. **Revista Educação Especial**. v. 36. 2023 – Santa Maria Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>

DORSA, Arlinda Cantero. O papel da revisão da literatura na escrita de artigos científicos. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 21, n. 4, out./dez. 2020

DRAGO, Rogério. Inclusão escolar e atendimento educacional especializado no contexto do projeto político pedagógico. **RBPAE** – v.27, n.3, p. 361-588, set./dez. 2011

DUTRA, Claudia Pereira; GRIBOSKI, Claudia Maffini. Gestão para a inclusão. **Revista Educação Especial**, núm. 26, -, 2005, pp. 1-5.

FREITAS, Flaviane Pelloso Molina; SCHNECKENBERG, Marisa. Inclusão e a formação para atuação do gestor escolar. **REPPE: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ensino** - Universidade Estadual do Norte do Paraná Cornélio Procópio, v. 1, n. 1, p. 79-101, 2017.

GIVIGI, Rosana Carla do Nascimento; ALCÂNTARA, Juliana Nascimento de. Reflexões sobre a relação teoria-prática na formação continuada de gestores. In: ALMEIDA, Mariangela Lima de; CAETANO, Andressa Mafezoni (Orgs.) **Formação e gestão em Educação Especial: a pesquisa-ação em foco**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. 270p.

GUEDES, Gilmar Barbosa; BARBALHO, Maria Goretti Cabral. Planejamento educacional e gestão democrática: dimensões política e instrumental no PAR. **RBPAE** - v. 32, n. 1, p. 131 - 149 jan./abr. 2016

QUEIROZ, Julia Graziela Bernardino de Araújo; GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. Política Educacional e Pedagógica da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Rede de Ensino Público de Manaus. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.25, n.2, p.233-248, Abr.-Jun., 2019

MARINS, Simone Cristina Fanhani; MATSUKURA, Thelma Simões. Avaliação de políticas públicas: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino fundamental das cidades-polo do Estado de São Paulo. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.15, n.1, p.45-64, jan.-abr. 2009

MICHELS, Maria Helena. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. **Revista Brasileira de Educação**. v. 11 n. 33 set./dez. 2006.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; DRAGO, Silvana Lucena dos Santos. A gestão da inclusão escolar na rede municipal de São Paulo: algumas considerações sobre o Programa Incluir. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 75, p. 347-372, abr./jun. 2012

RIBEIRO, Fernando da Costa. GESTÃO DEMOCRÁTICA E REGIMENTO ESCOLAR: UMA CONEXÃO NECESSÁRIA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.7.n.7. jun. 2021.

TEZANI, T. C. R. A relação entre gestão escolar e educação inclusiva: o que dizem os documentos oficiais?. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 6, p. 41–61, 2009. DOI: 10.22633/rpge.v0i6.9249. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9249>. Acesso em: 13 jul. 2023.

VIEIRA, Sofia Lerche. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. **RBPAE** – v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr. 2007.